

Constituição do Estado de Minas Gerais

Atualizada e acompanhada dos textos das Emendas à Constituição nºs 1 a 109.

28ª edição

Belo Horizonte Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais Julho de 2021 por entidade associativa legalmente constituída, que se responsabilizará pela idoneidade das assinaturas.

- $\S\,1^{\underline{o}}$ Das assinaturas, no máximo vinte e cinco por cento poderão ser de eleitores alistados na Capital do Estado.
- § 2° (Suprimido pelo art. 1° da Emenda à Constituição n° 32, de 18/3/1998.)
 - Dispositivo suprimido:
 - "§ 2º Em cada sessão legislativa, o número de proposições populares é limitado a cinco projetos de lei."
 - Art. 68 Não será admitido aumento da despesa prevista:
- I nos projetos de iniciativa do Governador do Estado, ressalvada a comprovação da existência de receita e o disposto no art. 160, III;
- II nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, dos Tribunais e do Ministério Público.
- Art. 69 O Governador do Estado poderá solicitar urgência para apreciação de projeto de sua iniciativa.
- § 1° Se a Assembleia Legislativa não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre o projeto, será ele incluído na ordem do dia, sobrestandose a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.
- § 2° O prazo estabelecido no § 1° não corre em período de recesso da Assembleia Legislativa nem se aplica a projeto que dependa de quórum especial para aprovação, a projeto de lei orgânica, estatutária ou equivalente a código e a projeto relativo a plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual ou crédito adicional.
 - (Parágrafo com redação dada pelo art. 1^o da Emenda à Constituição n^o 42, de 14/11/2000.)
- Art. 70 A proposição de lei, resultante de projeto aprovado pela Assembleia Legislativa, será enviada ao Governador do Estado, que, no prazo de quinze dias úteis, contados da data de seu recebimento:
 - I se aquiescer, sancioná-la-á; ou
- II se a considerar, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrária ao interesse público, vetá-la-á total ou parcialmente.
- § 1^{o} O silêncio do Governador do Estado, decorrido o prazo, importa sanção.
- $\S 2^{\circ}$ A sanção expressa ou tácita supre a iniciativa do Poder Executivo no processo legislativo.